

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 260 - DE 19 DE MAIO A 02 DE JUNHO DE 2003 - R\$ 1,50

**Os trabalhadores não suportam o salário mínimo de 240 reais.
Os trabalhadores não suportam ter de trabalhar até morrer.
Os funcionários e aposentados não aguentam ter de pagar mais.
Os salários não acompanham os aumentos de preços e tarifas.
Os trabalhadores não suportam o desemprego crescente.
Os sem-terra não podem sobreviver em paz com o latifúndio.
Os famintos já cansaram de esperar pela migalha do Fome Zero.
O Brasil não pode ser recolonizado pela imposição da Alca.**

**O governo do PT/Lula aplica o neoliberalismo.
As organizações de massa não podem apoiá-lo,
nem participar do Pacto Social!
A independência verdadeira é a luta
pelas reivindicações das massas!
Abaixo a reforma neoliberal da Previdência!**

Balanço do Congresso Estadual da CUT-SP

Metalúrgicos: lutar por um PLR de pelo menos R\$ 3600,00

**Argentina: a política revolucionária e o
porquê da votação nos candidatos peronistas**

Quinzena de Luta do Movimento Operário

Comerciários trabalham mais e ganham menos

Segundo o DIEESE, a categoria, que comporta cerca de 2,3 milhões de trabalhadores no Brasil todo, recebe um salário 19% menor que a média das outras categorias, ao mesmo tempo em que a jornada de trabalho foi elevada para 48 horas semanais (quatro a mais que o máximo permitido). A super exploração desta categoria é mais sentida quando sabemos que uma grande parte de seu contingente é formada por jovens que são obrigados a trabalhar antes de se formarem para ajudar a sustentar sua família. Muitos inclusive acabam largando os estudos.

Fechado Acordo Metalúrgico em SP

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e os sindicatos patronais do setor fecharam acordo (16/05). Isso depois de muita encenação sobre a necessidade de reajuste de 10% contra as perdas da inflação no período. A diretoria se negou a fazer uma luta unificada com outras categorias, como os metalúrgicos do Paraná ou os de São José dos Campos. Aceitou da patronal o pagamento de um abono de 45% do salário de cada trabalhador (o abono varia de R\$325,00 a R\$990,00) para ser pago em até 3 vezes. Ou seja, o arrocho sobre os salários vai continuar. É necessária a organização de uma grande mobilização contra o salário de fome que recebemos, por um salário mínimo vital (hoje cerca de R\$2200,00) e pelo reajuste automático do salário de acordo com a inflação (escala móvel de salário).

Servidores de Campinas entram em Choque com Guarda Petista

No dia 14/05 ocorreu um choque entre os servidores municipais de Campinas e a Guarda da Prefeitura petista. A guarda petista tentava impedir a organização da Assembléia da Categoria no Paço Municipal. A Assembléia determinou a greve geral por tempo indetermi-

nado da categoria, até que sejam atendidas suas reivindicações: reajuste de 30% para os salários e um gatilho todas as vezes que a inflação chegar a 5%.

Condutores de São Paulo Mobilizam-se contra o Desemprego

Durante vários dias, o Sindicato vem mobilizando a categoria contra a quebra de acordo firmado com a Prefeitura e o Sindicato patronal. No mês passado, a prefeitura petista descredenciou nove empresa de ônibus, o que causou a imediata demissão de 10,8 mil condutores. Depois de muitas mobilizações, fechou-se um acordo de que estes trabalhadores seriam absorvidos. No entanto, até o dia 12/05, somente 4,2 mil tinham sido recontraçados. A prefeitura quer colocar 1,1 mil em linhas bairro a bairro (cooperativas), onde os trabalhadores são submetidos a um regime de trabalho extenuante e não contam com nenhum direito trabalhista.

Outro fato que vai influenciar nesta questão é que a prefeitura petista fez a exclusão de 100 das 850 linhas. Com o descredenciamento das empresas de ônibus, as empresas restantes não quiseram incorporar os ônibus destas, consequentemente, faltava ônibus para pôr nas linhas, e a opção da prefeitura foi a de cortar linhas.

É necessário lutarmos pela criação de postos de trabalho. A prefeitura é responsável pelas demissões e tem de arcar com a contratação. Mais um fato que mostra a necessidade de estatizar a rede de transportes, pois nem a população nem os assalariados devem estar à mercê dos capitalistas. É necessário lutar contra os tubarões mafiosos das empresas de ônibus, reconstruindo a Companhia Municipal de Transporte Coletivo sob o controle dos trabalhadores e aplicando a escala móvel das horas de trabalho (o total de horas de trabalho é dividido entre os condutores sem prejuízo do salário).

Produção Industrial teve queda em março

Segundo o IBGE, a produção indus-

trial em março teve a maior retração desde maio de 2002. Esta retração foi provocada pela baixa demanda interna, decorrente da alta taxa de juros, da queda da renda real do trabalhador e do comportamento da inflação. A taxa acabou ficando 3,4% inferior ao mês de fevereiro, só não sendo maior devido a grande desempenho dos setores ligados à agroindústria e à exportação. Só para se ter uma idéia, a produção da indústria de bens duráveis em março ficou 20,2% menor do que a do mês anterior. Isto é causado pela política recessiva do PT/FMI de deixar os juros apetitosos para os agiotas imperialistas, enquanto os operários ficam sem emprego e os que têm morrem de fome com o salário que recebem. Os trabalhadores devem se organizar para lutar pelas reivindicações ao governo petista.

O pior abril para os empregos desde 1999

É o que mostra o relatório da própria FIESP, sobre o nível de emprego no setor industrial. De março para abril, foram fechados 3.054 postos de trabalho. Ou seja, entre os empregos criados na indústria em abril e as demissões no setor ainda havia um saldo negativo de mais de 3 mil empregos. Para justificar os motivos, o sindicato patronal da indústria paulista avalia: "a taxa de câmbio é cadente, a tendência da inflação é de queda, mas, mesmo assim, a taxa de juros não baixou nenhum milímetro sequer". Bem, como sempre dissemos, nem mesmo uma política nacionalista o PT pode realizar, somente submissão ao imperialismo, engordando os agiotas internacionais.

Salários reais de março são os mais baixos desde 1992

É o que aponta o balanço da CNI, segundo o sindicato da indústria nacional. O salário de março ficou 5,78% mais baixo do que em dezembro e 7,74% mais baixo do que o de março de 2002. Este balanço mensal mostra que existe uma queda no nível médio do salário real nos últimos 15 meses. É por isto que senti-

mos que nosso salário, a cada mês que passa, tem menor poder de compra. Queremos um salário justo. Esta deve ser nossa luta: "Salário e Emprego", e isto só será conquistado com luta.

Organizar a Luta

Esta é a solução, não basta esperar-

A Crise no PT

A abertura de processo de expulsão de Heloísa Helena, João Batista e Luciana Genro culminou com um abaixo-assinado de senadores petistas para se evitar esse procedimento, que levou o líder da bancada Tião Viana e o presidente do PT José Genuíno a ameaçarem renúncia do cargo e, finalmente, a retirada do abaixo-assinado.

O descontentamento com a reforma da Previdência cresceu entre os parlamentares petistas diante do fato do governo Lula se submeter a um acordo com os governadores, que exigiram taxaço dos aposentados e ampliação da idade mínima para se aposentar. Os protestos estiveram limitados aos três opositores enquanto havia esperança de que nos bastidores seriam negociados os dois pontos. Mas com a negociação de Lula com os governadores e a indicação de que o governo passou a depender diretamente das oligarquias regionais para administrar as reformas do FMI, os parlamentares petistas não viram outra função senão votar o combinado os governadores, sem que pudessem ter qualquer influência.

A reclamação da ala mais fisiológica do bloco de esquerda interna ao PT, a Articulação de Esquerda, Democracia Socialista e Força Socialista, é de que não tem havido diálogo entre a bancada e o governo. Os chamados seminários e a presença de Lula com seus ministros em um encontro com os parlamentares petistas não passaram de formalidades. As decisões partidárias são tomadas pela cúpula, comanda por José Dirceu e José Genoíno. Os parlamentares se transformaram em vacas de presépio da "base governista".

Essa situação corresponde à nova relação que o PT passou a ter com o Estado. Antes, como oposição, as correntes e

mos que o governo cumpra suas promessas, ele está comprometido com os agiotas internacionais (afinal, foram eles que deram o aval para a eleição de Lula). É necessário iniciarmos uma campanha unificada por salário, emprego e previdência. O Plano do FMI é sucatear ainda mais as economias atrasadas. Com isso, sobram para os trabalhadores brasilei-

seus respectivos parlamentares formulavam uma posição de mais ou menos consenso. Todos seguiam a linha majoritária da "oposição propositiva", que permitia as diferenças de grau, de circunstância e toda sorte de demagogia. Agora, tendo o Estado para governar, o Partido tem de seguir à risca as negociações de cúpula levada a cabo pelo núcleo fechado que sempre mandou no PT. Esse núcleo depende, por sua vez, das forças oligárquicas dos grandes partidos, governadores, entidades patronais (CNI, FIESP etc) e grandes corporações (industrial, financeira, latifundiária).

Estando com o encargo governamental, o PT se vinculou diretamente ao grande capital nacional e internacional. Dessa forma, as correntes de esquerda minoritárias tiveram sua margem de manobra quase que eliminada. Têm de se adaptar à nova situação, que significa seguir o ditame da política econômica do capital financeiro. Todo seu trabalho de levar o PT ao poder do Estado, iludindo e se iludindo na possibilidade de um governo de reformas nacionais e populares, terminou por clarear definitivamente seu lugar de oposicionismo burguês esquerdista.

As diversas correntes internas constituíram-se na ala esquerda do reformismo. Na presente conjuntura de reformas pró-imperialistas e de continuísmo do governo FHC, vêm-se exasperadas. Não têm como aderir totalmente à Articulação/governo, não podem modificar o curso da governabilidade e comparecem como responsáveis pela política pró-grande capital. Trata-se do impasse do reformismo diante do capitalismo putrefato, das exigências do capital monopolista e da impossibilidade de afastar do real comando do Estado a oligarquia.

ros: pouquíssimos empregos, salários de fome, e terem de trabalhar até o fim dos seus dias sem poder se aposentar. E, se não quisermos perder o pouco que temos, é preciso arregaçar as mangas e começar a nos organizar, passando por cima das direções comprometidas com o governo e com a submissão à ingerência imperialista.

As ilusões democráticas da possibilidade de se eleger um governo "democrático e popular", sustentado por "uma aliança democrático e popular", se mostraram sonho da pequena burguesia esquerdizante, que teme a revolução proletária e luta contra essa via. Enfim, o PT está onde queria chegar, tendo à frente o caudilho operário que se aburguesou, e é obrigado a cumprir os desígnios do grande capital.

A crise que se abriu no PT é uma crise no seio da política reformista, entre correntes e parlamentares que mascararam o curso histórico do PT, lutando contra a formação do Partido Operário Revolucionário, marxista-leninista-trotskista. Essas correntes ajudaram a Articulação a expulsar outras correntes de esquerda, agora estão colhendo o que plantaram. Ou se adaptam ou serão expulsas. O que vigora não é o centralismo democrático leninista, que tanto foi espezinado, difamado e combatido, mas sim o centralismo do Estado burguês. Esse centralismo corresponde à ditadura de classe da burguesia.

Não há que mascarar esse fenômeno, como está fazendo o PSTU com seu chamado à esquerda reformista a constituir um novo partido socialista - na verdade, de esquerda eleitoral. Uma parcela das bases dessas correntes poderá vir a militar por um partido revolucionário, mas somente se enfrentar o crivo sincero da crítica e autocrítica marxista. O POR luta para que seja esse o caminho, sabendo de antemão que terá de enfrentar o obstáculo do centrismo esquerdista do PSTU. Não se furtará a se colocar diante, inclusive, da proposta do novo partido, considerando a necessidade de pôr em pé um partido proletário, internacionalista, marxista-leninista-trotskista.

Balanço do Congresso Estadual da CUT SP

I - Um congresso burocrático, de ataque à democracia operária

O Congresso da CUT estadual SP ocorreu no período de 23 a 26 de abril. Compareceram 765 delegados, a maioria composta por dirigentes sindicais e não por delegados eleitos em assembleias de base. Um congresso de burocratas sindicais desvinculados do trabalho, regado à mordomias e suntuosidades dos hotéis-fazendas, onde um trabalhador assalariado não consegue custear uma diária, que dirá um pacote de R\$ 900,00 pela estadia do período. Esses elementos por si só mostram como a Central está burocratizada. Os trabalhadores sustentam uma camada parasitária de dirigentes que decidem o destino da classe e por cima dela.

Foi instalado um congresso completamente burocrático, composto de plenárias, sem discussão de grupos. O regimento sequer previa a intervenção de quem não faz parte da direção, ou seja, a intervenção do POR foi cerceada e restrita. Mesmo as correntes que pertencem à direção, que fizeram teses e emendas, estavam sob o crivo das vaias do fanatismo lulista e do debate de surdos e mudos.

Enfim, o congresso revelou como os burocratas acabaram com a democracia operária na central.

II- Apoio ao governo Lula e nenhuma crítica às reformas neoliberais

Foi aprovada na íntegra a tese do bloco Articulação/PCdoB. Nela não consta uma linha sobre a guerra imperialista, nem sobre o pacto social, nem sobre a luta por salários, nem sobre a reforma da Previdência.

Como a Articulação/PCdoB pretende garantir a governabilidade de Lula/PT, desse governo de alianças com a burguesia que a CUT ajudou a eleger, agora não pode fazer oposição e muito menos colocar as massas em choque contra as reformas neoliberais iniciadas por FHC e continuadas por Lula/PT. É por isso que a Articulação/PCdoB reafirma o apoio incondicional ao governo Lula e é obrigada a declarar, só em palavras, que é contra alguns pontos da reforma, a exemplo da elevação da idade mínima, do teto, do PL9 colocados na reforma da Previdência.

É por isso também que a Articulação refutou veemente todas as emendas apresentadas no congresso pelas correntes, permanecendo o seu texto guia como resolução final. E usou o argumento chulo de que "todos sabem a posição da CUT não sendo necessário reafirmar".

III- A falsa independência da CUT Do sindicalismo propositivo ao sindicalismo de resultados

O sindicalismo propositivo é a tônica da CUT e neste congresso foi mantida essa tática. Ou seja, a CUT tem arrastado os sindicatos e os trabalhadores a apoiarem as emendas dos parlamentares petistas às reformas neoliberais. Dessa forma, substituiu a luta direta dos trabalhadores por meros atos públicos nas ruas. Essa tática se mostrou impotente para barrar as reformas neoliberais, iniciadas na década de 90. O resultado está aí: o desemprego aumentou, os salários permanecem arrojados, as privatizações aprofundaram, o salário mínimo atingiu seu ponto mais baixo da história, a educa-

ção, saúde e serviços públicos foram sucateados etc. A política "propositiva" tem favorecido a implantação das reformas.

Neste congresso, foi reafirmada a posição da CUT de permanecer no Conselho de Desenvolvimento, com a justificativa de que é possível "negociar" a favor dos trabalhadores. Mesmo sabendo que este conselho tem maioria capitalista e atende aos interesses deles, como mostra a reforma da previdência, a Articulação não rompe com o governo que trai os trabalhadores. Na realidade, o caminho traçado é o da colaboração com o pacto social e a exploração de classe.

Os lulistas mostraram que pretendem sustentar a política do sindicalismo de "negociações", custe o que custar.

Como se vê, o sindicalismo "propositivo" da CUT é igual ao "sindicalismo de resultados" da Força Sindical.

E para não dizer que a CUT não lutará contra os pontos da reforma que atacam abertamente os trabalhadores, afirma que manterá o sindicalismo propositivo. A política propositiva representa a colaboração com o governo e suas medidas neoliberais.

Na realidade, a dependência da CUT à política burguesa sempre existiu, mas ficava obscura à medida que ela se opunha a aspectos das reformas de FHC. Agora, com o PT no poder e em aliança com a burguesia, promovendo as reformas antitrabalhadoras, a falsa independência cai por terra.

III) Estratégia da CUT parlamentar-eleitoral está mantida, garantir a eleição do PT para o governo do estado

A teoria do acúmulo de forças no capitalismo, via pressões parlamentares, tendo como estratégia a chegada ao poder do Estado e, posteriormente, iniciar a luta pelo socialismo, é inviável. O POR sempre criticou os reformistas/PT e as correntes de esquerda (DS, O Trabalho, PSTU) por defenderem essa tese anticientífica ao longo desse anos. Inclusive por colocarem a CUT como instrumento de apoio a essa estratégia eleitoral, ou seja, colocar o sindicalismo sistematicamente para ajudar a eleger mais parlamentares, sejam do PT ou de outras correntes, vereadores, prefeitos, governadores até chegar à Presidência da República.

Justamente para falsear a realidade, alimentando a idéia de movimentos de pressão para promover reformas a favor dos trabalhadores. De que fosse possível no capitalismo apodrecido e atrasado como no Brasil ter um operário no poder e maioria parlamentar para fazer rupturas com o capital e promover reformas a favor dos trabalhadores.

O governo PT/Lula foi empossado, e nenhuma ruptura aconteceu. O governo democrático popular, de alianças com a burguesia só poderia atender a sua classe social e manter os acordos com o FMI e atacar a vida das massas.

A tese do POR de que o reformismo assumiria posições pró-imperialistas vem se concretizando plenamente. O POR sempre combateu a idéia pequeno burguesa de "um operário no poder" (Lula), pois o faria através das alianças com os inimigos de classe. Agora, no Congresso da CUT, com Lula na Presidência, ficou confirmada a impotência dos reformistas e sua submissão ao grande capital.

O POR atuou no Congresso da CUT defendendo o fim do capitalismo e pela estratégia da ditadura do proletariado. A abstenção diante dessa afirmação, como fez a Corrente o Trabalho, mostra o

quanto está adaptada ao governo burguês, que ajudou a eleger. A desculpa na declaração de voto de que a luta pelo fim do capitalismo não é estratégia, mostra como a tática eleitoral virou estratégia para essa corrente que de trotskista pouco tem em sua política.

IV- A impotência das correntes DS/Trabalho e PCdoB diante do governo burguês que ajudou a eleger e continuarão apoiando

A maioria das correntes DS/PCdoB se absteve das principais discussões como rompimento com o Conselho de Desenvolvimento, salário mínimo vital calculado nas assembléias e não pelo governo. E por quê? Justamente porque fazem parte do governo e necessitam garantir a governabilidade. As divergências entre os petistas em torno da Previdência, independência do Banco Central etc não ultrapassam o âmbito do parlamento e da política reformista.

V- O POR participou do bloco antiburocrático chamado pela Alternativa

No congresso foi formado um bloco antiburocrático, exigindo da CUT o rompimento com o governo Lula e com o Conselho de Desenvolvimento, e de combate à política de colaboração de clas-

se. A Alternativa interveio a partir de emendas e chamou a formação do bloco sobre a base dos pontos: luta contra o governo e a política de colaboração de classe. O POR julgou necessário fortalecer o bloco em cima desses pontos e participou do combate à burocracia, deixando claras as divergências com a Alternativa, principalmente no que diz respeito ao rebaixamento do salário mínimo colocado em sua tese e o Plebiscito contra a Alca solicitando auditoria da dívida externa ao governo. Defendemos o método do controle dos trabalhadores e rechaçamos o controle governamental.

No final do congresso, formaram-se três chapas com as características dos posicionamentos e das votações. A primeira Articulação/Artinova/PCdoB, abertamente pró-governo e pacto social obteve 69,4%. A segunda DS/Trabalho/Força Socialista, correntes que compõem o governo, obteve 15,43% e a terceira que está fora e combate o pacto social obteve 15,16%. Como se vê, quando as correntes votavam nas emendas atingia o quórum de 25% e elas foram encaminhadas ao congresso nacional que será no início de junho. Poucas emendas obtiveram esse quórum, pois o bloco Trabalho/DS/FS se absteve na maioria delas. O que significa que no CONCUR, que já está sendo antecipado, tudo será feito para aniquilar o debate e conseguir o apoio às reformas antitruabalhadoras do governo PT/Lula.

As incoerências do PSTU nos Congressos Estaduais da CUT

No Ceará

O Congresso Estadual da CUT foi burocratizado. Aprovou a linha de colaboração com o governo Lula. O PCdoB deu um golpe no seu aliado fiel, Articulação, na formação da chapa da direção. As eleições municipais estavam em jogo. O PCdoB já tem como cabeça de chapa em Fortaleza para a eleição em 2004, Inácio Arruda. Mas, a Articulação também tem interesse de ter candidato próprio para o pleito eleitoral. As disputas em torno das eleições obrigaram o PCdoB a se juntar com O Trabalho, Democracia Socialista, Partido Comunista (PCB) e PSTU, na formação da direção da CUT. Essa frente oportunista derrotou a Articulação/PT. Todos os descontentes com atuação do governo PT/Lula se somaram com os estalinistas com o argumento de que se trata de um "governo em disputa".

A incoerência do PSTU está em que no seu jornal Opinião criticou o PT e as correntes que o caracterizavam como um governo em disputa. O PCdoB é parte do governo Lula e está cumprido a política de reformas neoliberais. Por isso, não há um bloco oposicionista contra o governo PT/Lula. Quando se trata de ganhar um posto na CUT, a militância

do PSTU usa da mesma caracterização "governo em disputa".

Em São Paulo

O Congresso da CUT foi também extremamente burocratizado, um congresso de hotel. O PSTU compareceu levantando as bandeiras de "Não pagamento da dívida externa, fim da reforma da previdência do governo Lula, rompimento com as negociações da Alca e com a caracterização de que o PT se aliou aos banqueiros contra os trabalhadores. Não se uniu com os estalinistas do PCdoB e dos revisionistas do trotskismo que permanecem no interior do PT - O Trabalho e Democracia Socialista. Assim, foi possível reunir uma vanguarda classista que combatia o reformismo petista e o colaboracionismo da CUT com a governabilidade do PT. O PSTU estava com a caracterização do seu jornal de que "O PT morreu".

No Rio de Janeiro

O Congresso da CUT seguiu o mesmo caminho de burocratização. A Articulação se juntou com o PCdoB (CSC). O Trabalho, que pretendia uma chapa com os descontentes do PT, acabou se agrupando com se-

tores independentes (petroleiros). A DS acabou saindo sozinha. E o PSTU formou uma ala com PCB, CST, MTL e MTS. O chamado "bloco de esquerda" aprovou a bandeira de que "Meirelles e Cia são inaceitáveis e que Lula governe com e para os trabalhadores". Portanto, longe da política de que "O PT morreu", como diz o seu jornal. Venceu PT/PCdoB.

Nossa luta no congresso da CUT

O POR militou com programa que tem por orientação nenhum apoio ao governo PT/Lula, independência da CUT do Estado e do governo e defesa do método da ação direta, partindo das reivindicações mais elementares dos explorados. Teve com tática trabalhar pela constituição de uma frente das correntes que se colocam por não apoiar Lula. Em São Paulo, atuou em posição frentista, com seu programa próprio, no bloco oposicionista a todas as correntes que sustentam o governo PT/Lula. Neste fez parte o PSTU. Apesar de toda a incoerência do PSTU como se verificou nas várias posições tomadas em outros Estados, foi necessário a tática frentista em São Paulo para combater o bloco de sustentação do governo Lula.

Derrubar a reforma neoliberal da Previdência

O governo PT/Lula apressa aprovar o brutal ataque aos trabalhadores com a Reforma da Previdência. Conta com o apoio dos governadores, parlamentares vinculados aos partidos da base aliada, empresários e, principalmente, com o capital financeiro. Trata-se de uma exigência dos credores internacionais para desobrigar o Estado das aposentadorias. Cortam-se de gastos e ampliam-se arrecadações para cumprir acordos e contratos de pagamento das dívidas interna e externa.

O que o PT faz é dar prosseguimento às medidas de privatização da Previdência, iniciadas por FHC. O centro da reforma está no aumento do tempo de contribuição por meio da elevação da idade para os servidores públicos, na manutenção o salário mínimo de fome para grande parte dos aposentados, na taxação daqueles que já contribuíram 30 ou 35 anos, no corte drástico no valor das pensões e, sobretudo, na regulamentação e imposição dos fundos privados de previdência.

O governo PT/Lula mente como mentiu FHC. Diz que a reforma é para acabar com os privilégios daqueles que recebem polpudas aposentadorias. Falso. Nos privilégios não irá mexer. Os parasitas que administram o Estado burguês continuarão com altos salários e ricas aposentadorias. A casta de juízes, parlamentares/ministros/governos e a alta oficialidade militar estão protegidos.

O PT, que no passado recente denunciou as falcatruas de FHC em torno do rombo da Previdência, mostra-se hipócrita. Hoje, assume a mesma conduta: esconde os verdadeiros ladrões dos cofres públicos e responsáveis pelo déficit no INSS e no sistema de aposentadoria dos servidores. Os devedores e saqueadores são os empresários, banqueiros e os próprios governos. Estes fraudam, devem quantias volumosas e usam o dinheiro das aposentadorias para toda sorte de pagamento aos capitalistas nacionais e estrangeiros.

Aqueles que diziam que um dos males do Estado brasileiro era a falta de transparência, acobertam as quadrilhas que arrebataram a Previdência. São os que jogam a culpa nos trabalhadores. Foi provado que não existe déficit na Previdência. O que existe são os desvios de caixa pelos governantes, sonegação e roubos. Um só exemplo basta: os maiores sonegadores e

corruptos da Previdência estão no Conselho de Desenvolvimento Econômico, organismo do pacto social e responsável pelas reformas.

Estamos diante de uma grande fraude e um ataque frontal à vida dos trabalhadores. O governo PT/Lula acoberta os crimes da burguesia e descarrega sobre os trabalhadores mais taxações, mais exploração, um salário de fome e destruição de direitos elementares, como o de ter uma aposentadoria que lhe assegure uma existência.

O governo PT/Lula governa para os capitalistas

O compromisso assumido com o FMI e com a burguesia nacional de cumprir com os acordos e contratos da dívida externa impôs ao PT as diretrizes antinacionais e antipopulares. A Reforma da Previdência, o salário mínimo de R\$240,00 e a destruição de direitos trabalhistas fazem parte do conjunto de medidas que têm como essência o corte de gastos públicos, aumento de impostos e a proteção ao capital financeiro.

A manutenção dos juros altos e a decisão de rapidamente realizar as reformas anti-trabalhadoras têm trazido elogios dos credores imperialistas ao governo Lula. A classe capitalista vem depositando no PT/Lula a confiança de que ser um governo que não tocará nos fundamentos da diretriz imperialista para os países semicoloniais. O que pressupõe o cumprimento do superávit estabelecido no acordo, a continuidade das reformas privatistas e o favorecimento do capital parasitário.

Por todos os lados, os assalariados são atacados

Os trabalhadores vêm sofrendo com o aumento crescente do desemprego, com a imposição do salário mínimo miserável, com o crescimento dos acordos entre sindicatos e a patronal de redução salarial, terceirização e eliminação de conquistas trabalhistas elementares. E, agora, estão novamente às voltas do ataque à aposentadoria.

As promessas eleitorais de garantir 10 milhões de emprego, acabar com a fome e realizar a reforma agrária foram colocadas na gaveta. Na prática, o que o governo implementa são os ditames do grande capital

nacional e do imperialismo.

Burocracia sindical colabora com a reforma criminosa

As direções sindicais não têm feito nada para combater as reformas do governo PT/Lula. A CUT está de acordo em se fazer a reforma da Previdência e apresenta algumas divergências, que servem apenas para dizer que apóia o governo Lula sem deixar de apresentar aquilo que prejudica os trabalhadores. Está aí a outra face da mentira. Recusam-se colocar a CUT e os sindicatos contra o princípio da reforma neoliberal, ou seja, do favorecimento aos banqueiros e ataque aos trabalhadores. Não se trata de fazer remendos, que sequer serão atendidos, mas de pôr abaixo a política econômica ditada pelos credores internacionais.

A burocracia sindical é conivente com o governo que mente para a população e acoberta os dilapidadores da Previdência. Mantém-se no Conselho de Desenvolvimento juntamente com os responsáveis pelo rombo. A independência dita em palavras, na prática é de submissão ao governo.

Abaixo a reforma neoliberal da Previdência

A luta para derrotar o complô burguês contra a vida dos trabalhadores exige independência política e mobilização de massa. Para isso, é necessário as assembleias de base, a democracia sindical e a unidade grevista dos assalariados. Coloca-se a tarefa de lutar contra o bloqueio imposto pela burocracia sindical colaboracionista e a frente burguesa montada pelo governo PT/Lula. Ou os trabalhadores tomam em suas próprias mãos a bandeira de pôr abaixo a reforma neoliberal ou esta será implantada pelo governo.

Organizar o movimento nacional de defesa da vida de quem produz toda a riqueza

A verdade é que a quantidade de riqueza criada pela maioria trabalhadora é suficiente para aposentar todos. A verdade é que a minoria capitalista fica com toda a riqueza. O princípio operário parte da defesa que o Estado deve garantir a aposentadoria de acordo com as necessidades. E que nenhum trabalhador deve ser taxado, pois foi explorado a vida inteira

pelos capitalistas.

1. Previdência única, pública, estatal, sob o controle dos trabalhadores;

2. Nenhuma taxação aos trabalhadores. Que os capitalistas arquem com as taxas;

3. Nenhum aposentado recebendo o salário mínimo de fome de R\$240,00. Defesa do salário mínimo vital, calculado pelas or-

ganizações operárias e populares;

4. Nenhum trabalhador desempregado. Nenhum trabalhador sem carteira assinada. Escala móvel das horas de trabalho e dos salários.

5. Constituição de um tribunal popular para investigar o rombo da Previdência;

6. Punição aos parasitas do Estado, que

roubam a Previdência e desfrutam de ricas aposentadorias;

7. Rechaço à Reforma da Previdência de FHC e do governo PT/Lula

8. Unidade dos trabalhadores para enfrentar nas ruas a reforma criminosa do PT

12 de maio de 2003

POR lança folheto sobre a Previdência

O Partido Operário Revolucionário publica o folheto contra a Reforma da Previdência do governo PT/Lula. Esse folheto consta de um conjunto de artigos, panfletos e manifestos que serviram de campanha contra a Reforma da Previdência. Caracterizamos as medidas que criam novas condições previdenciárias como um crime da burguesia contra os trabalhadores. Por quê? São vários os motivos.

Os trabalhadores produzem uma montanha de riqueza suficiente para todos se aposentarem dignamente. Cabe ao capital que os explora e concentra as riquezas arcar com o sustento das aposentadorias. Déficit ou não déficit é um problema de contabilidade que diz respeito apenas a administração burguesa da economia. Não cabe aos trabalhadores pagarem pelas crises do capital.

A reforma piora o que já é ruim. Obriga mais tempo de trabalho, mais contribuição e mantém os salários da maioria dos aposentados abaixo das necessidades vitais. Esses três aspectos resultam em aumento da taxa de exploração do trabalho e impossibilitam que todos assalariados tenham assegurada a fonte de existência no final da vida.

A reforma se baseia no princípio de lucratividade. A Previdência comparece como um instrumento do capital financeiro. Um dos objetivos centrais é o de suplantarem a Previdência pública pela Previdência privada. A complementação prevista aumenta o grau de privatização e fortalece a distinção de classe. A maioria assalariada não tem sequer como ter uma aposentadoria pública que lhe assegure o necessário para a existência. E a ultra minoria se distinguirá por fazer a complementação. É falso o princípio do direito à complementação. É uma reforma anti-democrática, assegura privilégios e ameaça a vida da mai-

A reforma da previdência do governo PT/Lula é criminosa



Derrotar a reforma neoliberal da previdência

Partido Operário Revolucionário



oria.

O Estado burguês que deve assegurar a existência elementar dos explorados frente à selvageria da exploração capitalista livra-se dessa responsabilidade ao reduzir ao mínimo sua obrigação com a Previdência. E faz dela uma fonte de maior arrecadação, mais tempo de contribuição e menos tempo de seguro para os trabalhadores esgotados pela produção. Uma reforma que objetiva economizar gastos sociais para favorecer o capital financeiro e o conjunto da burguesia exploradora.

As condições de funcionamento do capitalismo têm se mostrado completamente adversa à sobrevivência de milhões de trabalhadores. Cresce o desemprego e o salário médio tende a cair sistematicamente. Os capitalistas não repõem integralmente as perdas. Mantêm um salário mínimo que aprisiona milhares e milhares de famílias. Medidas como terceirização e coperativização do trabalho assalariado golpeiam fundo direitos elementares da força de trabalho. Amplia-se a quantidade de trabalhadores sem carteira profissional. Tudo isso impossibilita a

aposentadoria para a maioria.

A Reforma da Previdência vem dificultar em todos os aspectos o direito do trabalhador de se aposentar. Frente a realidade acima, constitui um crime contra o direito de existência.

É preciso ainda denunciar as mentiras e falsificações propagadas pelo governo FHC e agora pelo governo PT/Lula de que trata-se de uma reforma a serviço da manutenção da Previdência pública. Como dissemos, o problema do déficit ou não déficit diz respeito à contabilidade dos negócios burgueses. Mas tem sido demonstrado que não existe déficit. O que existe é dilapidação de um patrimônio que pertence aos trabalhadores. E quem dilapidou? Foram os governos e a quadrilha de capitalistas que mandam no Estado. O que existe é sonegação. E quem sonega? São os capitalistas. O que existe são milhões que não têm carteira profissional assinada. E quem são os responsáveis? São os capitalistas que para não pagar os direitos trabalhistas se negam a cumprir a própria legislação de seu Estado.

O governo do PT/Lula ao assumir a continuidade da reforma previdenciária de FHC/FMI assume toda a responsabilidade criminosa contra o direito a existência dos trabalhadores. E a burocracia sindical que se coloca por sua sustentação colabora com o complô da burguesia nacional e imperialista contra a maioria oprimida.

O Partido Operário Revolucionário trabalha pela independência política e organizativa da classe operária. Tem a luta contra as reformas neoliberais como defesa da vida dos trabalhadores e como ponto de partida para criar as condições de destruição do sistema capitalista. Somente a destruição do sistema de exploração pela revolução proletária poderá assegurar definitivamente a existência coletiva de quem trabalha.

PT e PSTU se unem para convencer a assembleia

A paralisação do dia 15 de maio contou com a presença de milhares de professores, motivados pela violência da proposta de reforma da previdência do governo PT/Lula e com os novos descontos para a aposentadoria de Alckmin/PSDB. Na assembleia, havia três propostas:

A primeira, defendida pelo PT, PCdoB e PSTU, resultado de um acordo na diretoria da Apeoesp, que propunha atos e caravanas para Brasília e nova assembleia no dia 18 de junho.

A segunda, defendida pelo PCO e Coletivo de Mauá, que propunha a greve já.

A terceira, defendida pelo POR, LOI, FOS e independentes, que propunha aprovar medidas organizativas para iniciar a greve no dia 28, construção dos comandos de greve, realização de assembleia regionais etc.

O que se distinguiu na Assembleia foram duas posições: Uma favorável a greve e outra contrária. A divergência entre os defensores da greve foi quanto a avaliação das condições para o início imediato ou não.

O petista e o PSTU tinham o argumento de que os servidores já tinham votado um calendário de caravanas e atos que ia até o dia 11 de junho. E que romper com esse calendário era romper com a possibilidade de unidade do funcionalismo.

Os setores que defenderam a greve já se basearam na ideia de que a "greve se constrói em greve". E, por isso, não havia importância a disposição dos professores para a greve imediata. Para eles, basta existir uma vanguarda disposta a parar as escolas. Não levavam em conta se havia ou não uma tendência grevista na classe.

O POR se apoiou em quatro argumentos: 1) O governo já tinha definido um prazo para o início das votações no Congresso, final de maio. E tinha pressa

para concluir toda a votação; 2) Os professores municipais já tinham definido a paralisação e assembleia para o dia 30 de maio; 3) Que empurrar o movimento para a segunda quinzena de junho era inviabilizar a greve, pois estaríamos às vésperas das férias; 4) Que a unidade com o funcionalismo é fundamental e para isso deveríamos aprovar um plano de mobilização grevista que culminasse com um assembleia geral no dia 30 de maio.

As posições pela greve foram minoritárias. Os professores votaram na proposta de fazer as caravanas e atos para tentar convencer o PT de retirar as medidas drásticas da Previdência. A assembleia mostrou que há ainda ilusão de que o governo PT/Lula não vai chegar ao extremo de aprovar a Reforma contra os trabalhadores. Na verdade, expressou os ecos eleitorais do voto no governo do PT.

A oposição MOTE compareceu dividida na Assembleia

Para os professores, a divisão da oposição só serviu para confundir. Haja vista que uma parte votou pela greve já e outra parte pela greve no dia 28. Mas por que houve essa divisão?

Foi realizada uma reunião desse setor, antes da Assembleia, e as duas posições foram colocadas. O Coletivo estava pela greve imediata, apoiando-se na experiência de greves passadas, em que um setor sai em greve e depois arrasta uma outra parte. Não tinha nenhuma referência concreta quanto às tendências grevistas e não grevistas imediatas no seio dos trabalhadores da educação. Desconsiderava as ilusões eleitorais no PT. Os outros setores, diziam que havia uma disposição de paralisação das escolas para o dia 15.

A análise do POR foi de que a assembleia estava iniciando um proces-

so de contestação da reforma petista e que por isso haveria de propor formas de luta para que se chegasse à necessidade da greve. Deveria ser defendida a greve como recurso diante da negativa do governo em acatar a reivindicação de fim da reforma da Previdência do governo Lula e reposição das perdas pelo governo do Estado de São Paulo.

O resultado da assembleia demonstrou que a ala do MOTE que defendeu greve imediata não tinha uma análise concreta da situação e a greve imediata não passava de vontade subjetiva.

A divisão enfraqueceu o combate contra a posição antigrevista do PT, PCdoB e PSTU. Isso por que não ajudou a posição de organizar o movimento pela greve. Não ajudou a demonstrar à Assembleia que se a vontade da maioria não era pela greve imediata então deveríamos sair organizados para decretá-la no momento em que a maioria a julgasse necessária. Os contrários a greve, não só a protelaram indefinidamente como combateram a posição de se aprovar um conjunto de medidas organizativas que servisse de organização da greve.

O mal da assembleia foi não só deixar indefinida a greve, mas sair totalmente desorganizada. Aprovou-se um calendário que sequer marcou o dia da próxima assembleia.

Nosso trabalho pela greve

O fato de aprovar a proposta de uma nova assembleia para a segunda quinzena de junho coloca-nos a tarefa de trabalhar nas escolas pela greve. A oposição tem o dever de convocar plenárias organizativas para levar a campanha pela derrubada da Reforma, reajuste salarial e pela aprovação da greve. Trabalhar pela unidade grevista do conjunto do funcionalismo.

Política educacional do governo Lula

O governo "popular democrático", como se auto-intitula o governo Lula, vem apresentando em suas ações e propostas um continuísmo das diretrizes do governo de FHC, que antes consideravam como nefastas e neoliberais. Este continuísmo se expressa também na política educacional que vem sendo implementada pelo ministro Cristóvam Buarque.

Até assumir a "direção" do Estado brasileiro, o PT se colocava contrariamente (no plano do discurso) às políticas de sucateamento do ensino público, a sua privatização branca e ao intervencionismo que o estado exercia. Mas ao assumir está mantendo programas sem nenhuma alteração, programas como Universidade Solidária, Alfabetização Solidária e outros que contam com a participação da comunidade e sua efetiva responsabilização, antes tidos como as-

sistencialistas, além de serem mantidos estão sendo aprofundados, com o discurso de "democratizar" o acesso à educação. O que não se revela é que esta democratização da educação escamoteia a desresponsabilização do Estado pela oferta de educação para todos (como reza a constituição burguesa), já que é colocada como responsabilidade da comunidade.

Para o ensino superior, o ministro da educação já afirmou que irá manter o PROVÃO, instrumento que expressa a ingerência do Estado nas universidades, desrespeitando a autonomia universitária que ele diz estar contida no artigo 207 de sua constituição, com a conivência da UNE. Nesse sentido também continua garantida a nomeação dos reitores pelo poder executivo.

No tocante ao velho problema do analfabetismo, o governo se propõe a er-

radicá-lo através do programa Analfabetismo Zero, contando para isso com a utilização de universitários que servirão de mão-de-obra barata e sem formação específica para exercer tal tarefa, o que explicita a preocupação em baixar os altos índices brasileiros de analfabetismo que dificultam a aquisição de maior crédito internacional para o país junto aos organismos imperialistas.

A partir da próxima edição, o boletim da Corrente Proletária terá uma coluna fixa de discussão das políticas dos governos estadual e nacional para a educação, em que trataremos mais profundamente de cada um dos projetos intervencionistas e anti-democráticos que agravam o sucateamento do Ensino Superior brasileiro.

(extraído do boletim da Corrente Proletária de maio de 2003, Londrina/PR)

Ceará

Campanha Salarial de 2003

A campanha salarial dos professores do Estado e do município está praticamente estagnada.

O sindicato Apeoc (cuja característica maior é servir de agência do governo no seio dos professores) se encontra na mais perfeita paralisia. Não realiza nenhuma assembleia e restringindo suas atividades às negociações de cúpula com a burocracia do Estado e Prefeitura.

O Sindiúte, por sua vez, não tem realizado assembleias para discutir o reajuste e o plano de luta. Em termos de atividades, não passou de um ato esvaziado (não houve campanha na base), com o Sindifort (sindicato dos servidores municipais). A comissão do Sindiúte e Sindifort foi recebida pela ouvidora (a informação era que o Prefeito Juraci estava viajando) e recebeu como resposta que o Secretário da Administração iria estudar a proposta de reajuste de 38,73%. A partir daí não houve mais assembleias e atos. No Estado, os sindicatos reivindicam 55% de reajuste, mas não fazem nada para organizar os servidores.

O prefeito corrupto Juraci (PMDB) e o governador Lúcio Alcântara (PSDB),

agora aliado de Lula na Reforma criminoso da Previdência, tem golpeado os trabalhadores da educação com o mais brutal arrocho. A chamada contenção fiscal de Lula/PT, que desembocou na miséria de 1% de reajuste para o funcionalismo público, tem servido de orientação orçamentária para Estados e Municípios. Isso quando a inflação anual ultrapassou 16% e quando o custo de vida está nas alturas, com o aumento das tarifas e dos preços dos produtos alimentícios.

A Corrente Proletária na Educação-POR vem denunciando o colaboracionismo das direções sindicais com os governos. Tem pressionado para a convocação de assembleia geral. E tem defendido que as reivindicações só serão arrancadas com massivas manifestações de rua e por meio da greve unificada dos servidores estaduais e municipais.



Crítica programática do POR à trajetória do PT

Do reformismo opositor ao governo antinacional e antipopular

Defesa da construção do partido-programa (POR)

Lançada pelo POR a revista Socialismo Científico nº 08, que traz a crítica programática à trajetória do PT reformista desde 1989 até a atualidade. Adquirar com o distribuidor deste jornal.

INVASÃO DO IRAQUE E ALCA

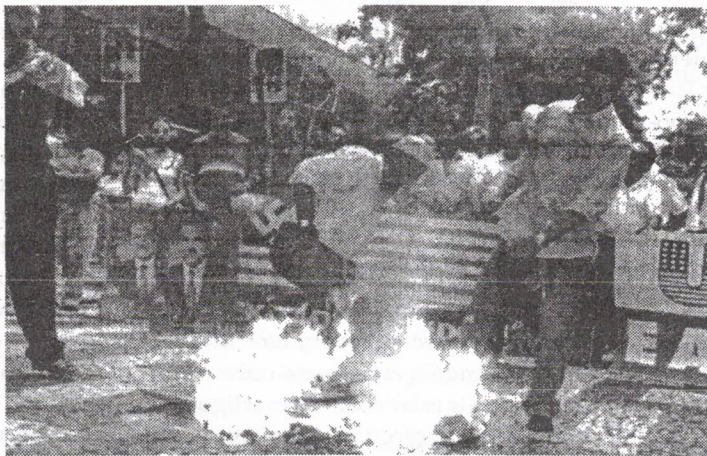
PROSSEGUIR A LUTA ANTIIMPERIALISTA

O avanço da crise estrutural do capitalismo vem destruindo a ideologia de "prosperidade" instalada no mundo pelos EUA. A recessão é evidenciada através da necessidade dos países imperialistas em ampliar seus domínios. A campanha mundial do imperialismo para convencer-nos da necessidade de destruir a ditadura de Saddam Hussein não tem como esconder os interesses dos trustes petrolíferos e a necessidade do domínio geopolítico dos Estados Unidos no Golfo Pérsico.

O argumento de que se tratava apenas de liquidar uma ditadura sanguinária e terrorista mostrou sua falsidade. Os Estados Unidos/Inglaterra necessitam extirpá-lo não por ser uma ditadura, mas por expressar o nacionalismo numa região petrolífera imersa em convulsões antiimperialistas protagonizadas pelas massas oprimidas. Na realidade, a questão está em se a nação semicolonial, atrasada e oprimida, é dirigida por um regime que atende aos interesses fundamentais do imperialismo, ou por um regime nacionalista que pretende alguma margem de soberania.

A política dos pacifistas não levou à paz, mas a acobertar as razões materiais e históricas das guerras imperialistas e colonialistas. Nas condições de crise generalizada, em que se manifestam as tendências desintegradoras dos monopólios, aumenta a necessidade das potências saquearem ainda mais as semicolônias, agravando-se a opressão social nacional. O capitalismo em decomposição necessariamente tem de recorrer às guerras e à violência reacionária da burguesia contra a maioria explorada. Os povos oprimidos ou se rebelam contra a sangria de seu país ou se submetem a uma situação cada vez mais violenta de fome e miséria.

O ataque dos Estados Unidos contra o Iraque foi e está sendo a agressão de uma nação opressora contra uma oprimida. A luta antiimperialista e pela au-



Manifestação do Comitê Antiimperialista de Londrina

todeterminação dos povos deve ser assumida pelo movimento estudantil. As burocracias de nossos órgãos representativos (UNE, DCE's, etc) vêm disfarçando-se de pacifistas e limitando-se a rezar pela paz enquanto as bombas destroem crianças e mulheres e os países atrasados são ocupados pelas botas norte-americanas e britânicas. Devemos exigir que estas burocracias rompam com a política de atrelamento servil ao governo do PT, que vem aceitando a ingerência imperialista e remetendo à ONU (organismo do imperialismo) a resolução dos conflitos, só pode se dar através da luta de classes. A paz e o fim das guerras não são possíveis sem o fim da dominação e opressão imperialista e esta é a raiz do problema.

O movimento estudantil tem que se colocar claramente:

*Contra as resoluções intervencionistas

*Contra as guerras imperialistas

*Pela autodeterminação dos povos(o que inclui o direito de se armar)

*Ao lado dos países oprimidos contra os países opressores

Comitê Antiimperialista de Londrina

A Corrente Proletária participou ativamente na organização do ato Londrina contra a Invasão Imperialista ao Iraque, organizado pelo Comitê Antiimperialista de Londrina no dia 5 de abril.

Continuamos engajados na continuidade deste Comitê por entender que a luta antiimperialista prossegue com toda força uma vez que agora, após a guerra, persiste a ocupação do Iraque pelos norte-americanos e ingleses e não está afastada a possibilidade de novas agressões à Síria e ao Irã. A ocupação militar norte-americana da Colômbia e da Bolívia, sob o pretexto de combater o narcotráfico, também são elementos desta escalada agressiva do imperialismo.

Mas além destas circunstâncias o Comitê Antiimperialista também tem a tarefa de debater e encaminhar ações contra a ofensiva imperialista no nosso país, que no presente momento, volta a colocar num primeiro plano a pressão para que o Brasil assine o acordo da ALCA, pelo qual a nação brasileira passará a ser apenas um grande mercado para os produtos norte-americanos e perderá toda a sua soberania.

O momento é mais grave ainda, devido ao engajamento explícito do governo do PT na assinatura deste tratado. Seus principais dirigentes já se manifestaram favoráveis à rápida negociação do mesmo, sob a desculpa esfarrapada de que interessa ao Brasil entrar no mercado ianque. Isto apenas representa uma folha de parreira para esconder a verdadeira orientação pró-imperialista deste governo que fora eleito despertando a ilusão de milhões de brasileiros com as chamadas "mudanças", mas que não pára de agradar os banqueiros internacionais, os grandes capitalistas nacionais e até os fazendeiros reacionários da UDR.

Por isso o Comitê Antiimperialista tem a tarefa de agrupar as forças que resistem ao imperialismo e politizar os movimentos de massas que lutam pelas suas reivindicações imediatas, mostrando a relação entre a opressão social [pela burguesia] e a opressão nacional [opressão da nação pelo imperialismo].

(extraído do boletim da Corrente Proletária de maio de 2003, Londrina/PR)

Reproduzimos abaixo trecho do boletim da Corrente Proletária Estudantil Secundarista, de 18 de maio de 2003

A juventude dos bairros está sem escola e trabalho

A maioria dos jovens que mora nos bairros operários não conseguiu vaga nas escolas públicas. O governo impõe os critérios para poder estudar: 1) O jovem não pode ficar um ano sequer sem estudar; 2) Não pode estar fora da idade estipulada por série; 3) Não pode ter repetido ou parado de estudar por algum tempo, porque acaba ficando fora da idade para a série; 4) Não pode fazer suplência e depois voltar ao regular no ensino médio. E mesmo que esteja dentro desses violentos critérios, ainda tem de enfrentar filas e listas de espera porque não há escola para todos.

Por outro lado, a juventude não tem conseguido trabalho. Quando consegue, as condições são precárias: 1) Não tem carteira assinada; 2) O contrato é temporário; 3) Está sujeito à exploração das cooperativas; 4) A jornada de trabalho é monstruosa; 5) O salário não dá para viver.

Como se vê, de um lado, não tem trabalho e, de outro, não tem escola. Os patrões não admitem porque dizem que não têm experiência, falta qualificação ou não tem idade. A escola não os aceita porque estão fora da idade e de série. A juventude está espremida. Precisa do trabalho e da escola. Tanto os governos quanto os patrões os excluem.

É possível derrotar essa política dos patrões e governos

Não dá para ficar parado esperando que caia do céu o emprego e a escola. A primeira coisa é ter claro o objetivo de nossa luta. Ou seja: 1) Nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem sem trabalho; 2) jornada de 4 horas no trabalho e o restante na escola; 3) Um salário que dê para viver.

Sabemos que sozinho não conseguiremos nada. É preciso a unidade da ju-

ventude. A união entre os que estão na escola e os que querem estudar. *Para isso, é preciso: 1) Que os grêmios das escolas realizem uma ampla campanha para ter vagas para todos; 2) Uma campanha para criação de escolas em todos os níveis, inclusive suplência para aqueles que querem fazer; 3) Que o sindicato dos professores (Apeoesp) também faça a campanha, juntamente com os grêmios; 4) Que realizemos nos bairros operários o cadastro de todos os que estão sem escola e trabalho; 5) Que convoquemos assembleias nos bairros para aprovar a luta pela escola e pelo trabalho; 6) Exigir o governo passe-livre para estudantes e desempregados.*

Como vimos, somente a luta coletiva e a mobilização direta poderá derrotar a política dos patrões e dos governos contra a juventude, que necessita do trabalho e da escola.

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no jornal "Massas" nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da Ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

"Questões de Organização" foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques.

Organizações Paralelas A Questão Religiosa

A questão religiosa, principalmente nas cidades, pode se converter em um sério obstáculo no caminho da incorporação da nova militância. Os adversários do POR magnificam o problema religioso como se fosse um muro para conter nossa força expansiva. Muitos militantes cometem erros, como consequência da abordagem errada do problema.

Não somos come-padres, como foram os socialistas e os anarquistas no iní-

cio do século XX e nem sequer colocamos a questão religiosa no primeiro plano de nossas preocupações. O anarquista não explica o que é a religião, simplesmente a rechaça. Para essa gente, o crente é um corrompido que não merece a menor atenção do revolucionário. A religião é um fenômeno social, que se explica pelo desconhecimento das leis da natureza e do desenvolvimento e transformação da sociedade na qual está imersa o indivíduo.

Marx disse que a religião é "o soluço da criatura angustiada", angustiada por ter de se mover em meio da grandiosidade, das descomunais dimensões, dos fatos misteriosos. À medida em que a ciência avança, o campo de influência da religião se restringe.

O preconceito religioso (arma preferida da reação) é transmitido por meio do lar, da escola e da opinião pública. É uma ilusão esperar que o POR sempre irá se relacionar com elementos já totalmente emancipados dos preconceitos religiosos. Na realidade, o porista não tem outro remédio que realizar sua atividade

Partido

em um ambiente carregado de preconceitos e equívocos. Quase todos que chegaram ao POR passaram pelo banho religioso, para eles a rebelião contra a herança religiosa foi sua primeira rebelião.

O correto é não rechaçar ninguém – particularmente os operários e os camponeses – por suas crenças religiosas, mas educá-los com as idéias marxistas para que se emancipem de todos preconceitos. Além disto, para um elemento novo, não se pode fazer nenhuma cobrança ultimativa no campo religioso.

O marxismo (materialismo) não pode conciliar ou coexistir com a religião (idealismo). Por isso mesmo, o militante (formado ideologicamente), e não o simpatizante ou o que começa a aproximar de nossas fileiras, não pode ser crente, deísta. Esta compreensão cabal do materialismo dialético é que permite ao revolucionário emancipar-se do preconceito religioso.

A propaganda partidária tem que explicar sistemática e pacientemente a essência do problema religioso e porque ele é utilizado pela reação para seus próprios fins.

Volks: lutar por um PLR de R\$3600,00

Diariamente a Tribuna Metalúrgica (jornal do sindicato) divulga nomes de autopeças que já definiram as negociações sobre a PLR e a data de antecipação. Os companheiros perguntam todos os dias, qual do valor da PLR? Quando será pago? Portanto, já passou da hora de definir o valor.

Um grupo de trabalhadores perguntou à coordenação: Qual a proposta que vocês estão levando para a empresa? A Coordenação disse que não tinha proposta, que iria apenas ouvir a empresa.

Mesmo não tendo proposta de PLR para apresentar a empresa, a coordenação da Comissão de Fábrica, que negocia com a empresa, não aceitou a proposta de R\$3600,00, calculada pelos companheiros da Alternativa. Proposta essa que a nosso ver é justa, pois a Macisa, que é um autopeça de pequeno porte, reajustou o valor da PLR do ano passado em 20%. Por que então a Volks, que é líder em exportação, não poderia conceder os R\$3600,00?

As coisas mudaram

Antes, a Coordenação, com base em dados do Dieese, formulava uma proposta de PLR e apresentava aos trabalhadores e, em seguida, encaminhava a empresa.

Hoje, a Coordenação vai para a mesa de negociação desarmada. E volta trazendo para os trabalhadores a bomba apresentada pelos patrões.

Defendemos:

O caminho para conquistar uma PLR que corresponda as perdas deve começar por:

1. Definição do valor pela coordenação;
- 2) Colocar em assembléia para que os trabalhadores apreciem a proposta de valor do PLR;
- 3) Encaminhar a proposta para a empresa;
- 4) Mobilizar os trabalhadores para conquistar o valor definido em assembléia.

A luta pela carteira assinada deve ser parte da luta pelo emprego

A direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC disse que fará uma campanha pela carteira assinada. A bandeira é: "Carteira assinada é um direito de todos". Somente no ABC são 147 mil trabalhadores sem carteira assinada. No Brasil, 52% da força de trabalho não tem registro. Os patrões não registram para não pagar direitos trabalhis-

tas. E para poderem demitir a hora que bem entenderem. Essa situação não é nova, mas vem se agravando. Quanto mais a economia capitalista aprofunda em sua crise, mais os patrões precarizam as relações de trabalho. Cresce o desemprego, aumenta o subemprego (bicos) e milhões passam a viver sem nenhuma proteção trabalhista. As conseqüências não são só as imediatas, os trabalhadores nessa situação não têm como contribuir com a Previdência e se aposentar. Está aí uma das razões do Brasil ter mais de 40 milhões de famintos. Portanto, a luta pela carteira profissional assinada deve ser parte da luta pelo emprego.

A direção do nosso sindicato fará uma campanha séria?

O que vemos é que a direção do sindicato usou a idéia de uma campanha pela carteira assinada somente para mostrar o convênio com a Caixa Econômica Federal de instalar terminais de consulta sobre o FGTS. É que essa gente entende que o sindicato não é para lutar, mas para prestar apenas certos serviços assistencialistas. Alguns serviços eles têm de demonstrar, não é verdade? Se quisessem fazer uma campanha séria, começariam por organizar a luta contra demissões, pelo emprego a todos e unir empregados e desempregados num só combate. Teriam convocado assembléias em todas as fábricas e bairros operários, onde estão os desempregados. Teriam formado um grande comitê que ligasse as fábricas aos bairros de desempregados. Aprovariam um conjunto de reivindicações que defendem o direito ao trabalho e ao salário. Faria parte desse conjunto a redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários, de maneira que não ficasse um só trabalhador sem trabalho.

Qual tem sido a posição da direção do sindicato frente às demissões

A direção tem aceitado os PDVs e feitos acordos que permitem a terceirização e a diferenciação salarial. Os PDVs são a forma do patronato pôr na rua milhares de operários, dando uma chupeia de doce e evitando que se tenha luta contra as demissões. A direção do sindicato comparece como negociadora dos valores dos PDVs e sai cantando vitória de ter conseguido as chupetas.

A terceirização é a porta para as se-

guintes conseqüências: 1) demissão; 2) contratação com salários mais baixos; 3) perda de direitos trabalhistas; 4) favorecimento da prestadora de serviços às custas dos salários mais baixos; 5) criação e ampliação da cooptação; 6) enfraquecimento da luta coletiva dos trabalhadores.

Os acordos que aceitam a diferenciação salarial permitem criar novos estepes, que favorecem maior exploração do trabalho. Os salários mais altos dos antigos vão sendo eliminados pelas demissões e os mais baixos vão tomando conta.

Então, companheiros, tudo que estamos falando é verdadeiro ou não? A direção do sindicato não só não leva a sério a luta contra o desemprego e defesa dos salários como também colabora com os acordos malditos.

Estamos por uma verdadeira campanha por emprego, salário e carteira assinada

Está na hora de abirmos os olhos e vencer o terror do desemprego. Em defesa do emprego e salário, organizar a campanha com as seguintes medidas:

1)defesa da redução da jornada de trabalho, sem redução do salário. Usar o critério da escala móvel das horas de trabalho. As horas de trabalho deverão ser divididas pelo número de trabalhadores disponíveis. O resultado dará a jornada de trabalho que abre emprego a todos;

2) Fim dos contratos temporários, terceirização, das cooperativas de trabalho e não aceitação de PDVs;

3) Fim dos abonos. Reajustes salariais que reponha as perdas. Escala móvel dos salários. Ou seja, toda vez que a inflação subir sobem automaticamente os salários. Somente a escala móvel dos salários pode defender o trabalhador contra a inflação e a alta do custo de vida;

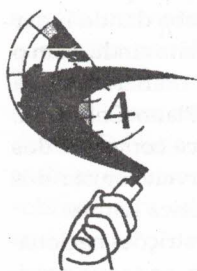
4) Exigência de que o governo Lula ordene o cumprimento da assinatura da carteira de trabalho. Os capitalistas que não cumprirem essa exigência terão sua fábrica, terra etc confiscados e entregue aos trabalhadores. Quando o capitalista não assina a carteira ele está confiscando direitos dos trabalhadores, que só têm como fonte de sobrevivência o seu trabalho.

5) Convocar assembléias nas fábricas e nos bairros e uni-las numa assembléia operária e popular para aprovar essa campanha, tendo como pontos de luta o que acima o Nossa Classe apresenta.

Nesta edição:

- O que a crise e a ofensiva imperialista exigem das esquerdas latino-americanas
- As eleições devem ser rechaçadas, sejam presidenciais, de governadores, deputados ou senadores
- Onde foram parar as manifestações múltiplas de repúdio ao eleitoralismo e ao ordenamento jurídico-político burguês?

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



O que a crise e a ofensiva imperialista exigem das esquerdas latino-americanas

A década de 90 está marcada pela ação unificada dos governos latino-americanos em aplicar medidas neoliberais do Consenso de Washington, traçado pelas potências em fins dos anos 80. Destacam-se a necessidade do grande capital monopolista de enfrentar a crise de superprodução, o agigantamento do parasitismo do capital financeiro e a continuidade do pagamento da dívida externa dos países semicoloniais.

A proteção do capital financeiro, na situação mundial de retração econômica e de ameaça de quebra em cadeia, passou a depender do aumento da exploração dos recursos dos países atrasados (semicoloniais) e, portanto, de uma ofensiva política do imperialismo sobre os Estados nacionais. Não por acaso, as diretrizes do Consenso de Washington previam etapas de reformas que percorreriam todo um período.

Os governos latino-americanos tiveram de submeter as políticas internas a uma só política internacional regida por "acordos" impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O que quer dizer se adaptarem a uma centralização mundial, sob a tutela dos Estados Unidos.

Em toda parte, iniciou-se um processo de abertura de mercado para as multinacionais, privatização das estatais, liberalização financeira, regime monetário de acordo com o império do dólar e orçamentos estatais monitorados pelo FMI. Esse conjunto prescreveu etapas de reformas antinacionais e antipopulares, aplicadas sob a centralização do imperialismo e conduzidas pelo FMI. Evidencia-

ram debilidade da soberania nacional dos países latino-americanos, incapacidade das burguesias nacionais se contraporem ao brutal saque imperialista e fraqueza do movimento antiimperialista.

As conseqüências foram e têm sido duras para as economias semicoloniais e, sobretudo, para a vida da maioria explorada, que é a classe operária, camponeses e a camada da classe média pobre. As reformas foram dirigidas contra as condições de existência das massas trabalhadoras e de setores econômicos mais débeis - pequenos e médios capitalistas.

A aplicação do Consenso de Washington deu lugar a inúmeras crises econômicas e políticas. A resistência dos explorados cresceu com explosões populares, greves, ocupações, bloqueios e choques armados em alguns países. Não houve um só lugar em que se implantou tais imposições sem que houvesse resistência operária, camponesa e popular. O governos latino-americanos tiveram de sufocar as revoltas instintivas dos explorados.

Politicamente, as burocracias sindicais e populares se comportaram como oposição colaboracionista, não trabalhando pela derrota do Consenso de Washington e se adaptando a cada etapa da reforma, com a política de defesa da estabilidade democrática e de fortalecimento das ilusões eleitorais.

Se o ciclo das ditaduras militares serviu para golpear fundo os movimentos revolucionários e para expandir a penetração do capital financeiro no continente, ao novo ciclo da denominada

"abertura democrática" coube a função de estabelecer uma frente burguesa para dar curso aos Planos neoliberais. Aos governos eleitos foi dada a tarefa de concretizar os objetivos do Consenso de Washington. A política democrática burguesa não foi colocada a serviço dos interesses nacionais, mas sim do imperialismo.

Nessa situação, desenvolveu-se uma oposição antineoliberalismo, ajustada à democracia burguesa. Constituiu-se uma alternativa reformista para canalizar a revolta dos explorados e mantê-los sob a dependência da política democrática burguesa. A expressão mais alta dessa linha foi a chegada do PT/Lula ao poder do Estado.

O resultado de mais de dez anos de aplicação das reformas do Consenso se converteu em desintegração econômica e crise de governabilidade. A quebra da Argentina foi e está sendo o ponto alto dessa experiência. Sua desintegração é um dos elos de uma sucessão de crises nos países latino-americanos.

Os levantes populares na Bolívia enfrentaram o "estado de sítio". Nas últimas eleições, esteve perto de ocupar o poder do Estado a corrente opositorista Movimento ao Socialismo (MAS), de Evo Morales. Sua vitória não modificaria a natureza do Estado e a estrutura econômica. Constitui um oposicionismo similar ao PT no Brasil. Logo após as eleições, o governo Sánchez de Lozada teve de enfrentar um levante em várias partes do país, incorporando camponeses cocaleiros, operários, professores e

estudantes. Teve a particularidade de apresentar uma importante divisão nas forças de repressão do Estado. A situação convulsiva da Bolívia permanece.

No Equador, o movimento camponês indígena levou o afastamento do governo de Jamil Mahuad Witt, opondo-se à dolarização e resistindo às medidas de fome. A última eleição deu vitória ao oposicionismo, tendo à frente Lucio Gutiérrez, do Partido Sociedade Patriótica, que na crise do ano 2000 formou juntamente com líderes indígenas e sindicais uma junta provisória. Nem bem foi eleito, declarou-se favorável à dolarização. Adaptou-se rapidamente aos acordos do FMI.

No Peru, cai o governo Fujimori/Montesinos. Alejandro Toledo é saudado como representante indígena que ocupa o cargo de Presidente da República. Não pôde cumprir as promessas de reativar a economia e abrir empregos. O que levou as massas às ruas contra a miséria e a continuidade dos planos de privatização.



No 108
ADR/00

¡La Voz de la Rebelión Militar!

NO A LA VENTA DE LAS EMPRESAS ESTATALES (YPFB Y ENFE) A NADIE. MUERA EL PATRIOTERISMO ESTERIL DE LOS VENDE-PATRIAS PRO-YANQUIS

EXPULSAR AL GOBIERNO Y AL CAPITAL FINANCIERO INTERNACIONAL QUE SE APODERA DE LAS EMPRESAS NACIONALES.

NO A LA ERRADICACION DE LA HOJA DE COCA. FUERA LAS TROPAS MILITARES Y POLICIALES REPRESORAS DEL CHAPARE.

TODOS A LUCHAR EN LAS CALLES POR UN SALARIO MINIMO VITAL CON ESCALA MOVIL.

VIVO ROJO SOLIDARIO CON LA HUELGA DE HAMBRE DE LOS EXPLOTADOS.

VIVO ROJO LLAMA AL PERSONAL SUBALTERNO A NO DISPARAR CONTRA NUESTROS COMPATRIOTAS QUE LUCHAN EN LAS CALLES. TAMBIEN POR NOSOTROS Y NUESTROS HIJOS

Militares e Policiais com a Revolução

Sobre a marcha da luta teremos de resolver o problema do armamento das massas.

Chamamos os militares e carabineiros, honestos, jovens, inteligentes, ligados às bases, para que se somem à luta revolucionária e dirijam seus fuzis contra os opressores do povo, estomeadores e serventes do imperialismo. Ao mesmo tempo, é preciso organizar piquetes armados nos sindicatos, nas organizações e bairros populares.

(extraído do Masas boliviano nº 1850, de 18/04/2003)

Na Colômbia, fracassa o Plano de negociação com as Farcs, para pôr fim ao conflito armado, que acaba dando lugar a um governo mais à direita ainda, com o objetivo de esmagar militarmente a guerrilha, aplicando o Plano Colômbia. Álvaro Urique se destaca como um dos pilares da política intervencionista dos Estados Unidos na América Latina.

Na Venezuela, as restrições nacionalistas, ainda que tímidas, ao saque precipitam as forças pró-imperialistas a tentar derrubar o governo Hugo Chavez. O centro da crise é o controle estatal sobre o petróleo, que Chavez procurou alcançar com medidas de maior centralização administrativa. Setores da burguesia, apoiados na pequena burguesia e no setor petrolífero, este último dirigido por uma burocracia pró-imperialista, organizaram uma onda de protestos para criar as condições de um golpe militar. Esse processo terminou em um acordo que limitou a ação de Hugo Chavez.

A crise Argentina levou a destituição de vários governos, com as massas nas ruas. A burguesia Argentina foi socorrida pelos governos latino-americanos para evitar que a luta das massas caminhasse para um governo revolucionário e que a resposta burguesa fosse a do golpe militar. Prevaleceu a solução eleitoral, mantendo no poder o peronismo, responsável pela aplicação do Consenso de Washington. O candidato Nestor Kirchner se escorou no apoio do governo PT/Lula para comparecer aos argentinos como de mudanças.

A bancarrota da Argentina se estendeu para a América Latina, atingindo de forma particular o Uruguai e Paraguai. No Paraguai, a substituição do governo Macchi por Nicanor Duarte não modifica a orientação anterior, permanecendo no poder o Partido Colorado.

Nesse quadro de crise, a ascensão do PT/Lula ao poder é tomada como uma nova via. Apresentou-se perante a população trabalhadora e a setores da burguesia como uma alternativa às medidas do Consenso de Washington. Mas, no poder, revelou a incapacidade de mudar o curso da política econômico-financeira. Passou a dar seqüência às reformas inacabadas pelo governo Fernando Henrique, com a promessa de no futuro substituí-las pelo programa de reforma distributiva.

O compromisso do governo PT/Lula

com o grande capital internacional e nacional, na realidade, confirmou a incapacidade da burguesia brasileira de assumir uma posição de soberania. Ocorre que a alternativa reformista era e é uma variante de política intrínseca ao capitalismo e, portanto, de sustentação da ordem burguesa. Para ser colocada em prática, teria de se confrontar, em certa medida, com as pressões dos credores e com o funcionamento do capitalismo monopolista.

Esse conjunto de fatos demonstra que a democracia burguesa nos países semicoloniais se mostra inviável como instrumento para assegurar a soberania e exercer uma política de Estado independente do domínio monopolista.

É importante reconhecer essa constatação para compreender que somente a democracia do proletariado, conquistada por meio do processo revolucionário, terá como impor ao imperialismo as tarefas democráticas de independência nacional e transformações estruturais na economia e relações sociais.

O imperialismo continuará atuando por intermédio de qualquer variante de regime político da ordem capitalista. O fracasso de governos de esquerda ou de centro-esquerda acabam dando lugar a movimentos reacionários da burguesia interna, apoiada na estratégia do imperialismo de sustentação do modo de produção capitalista. De outro lado, os explorados devem aproveitar as condições da democracia burguesa para aglutinar suas forças e armar-se de um programa revolucionário.

A profundidade da crise mundial do capitalismo não permite ao grande capital ceder espaço a bloqueios edificados por governos nacional-desenvolvimentistas. O momento é de intensificação da ofensiva imperialista e não o contrário.

O Plano Alca de um lado e o Plano Colômbia de outro formam a unidade da ofensiva econômico-militar. Por mais que os governos ditos de esquerda ou centro-esquerda resistam a servir a tais planos, não têm como brecá-los. Isso porque teriam de tomar medidas revolucionárias de ruptura com o capital imperialista. O que quer dizer organizar e dirigir um movimento de frente única antiimperialista.

Justamente o que está colocado como ponto de partida para responder a crise estrutural do capitalismo e a remetida

econômico-militar das potências, que ocorre em todo o mundo, é combater o domínio do capital monopolista sobre os países semicoloniais.

A luta antiimperialista conseqüente, que coloque o cumprimento de tarefas democráticas pendentes do capitalismo, como a independência nacional, a revolução agrária e fim da miséria, exige que a classe operária e os camponeses construam uma sólida aliança de maioria

oprimida contra a classe capitalista, nacional e internacional.

É preciso superar as ilusões no poder democrático da burguesia, derrotar os pressupostos ideológicos do reformismo e encarnar o programa estratégico da revolução social. Esse objetivo histórico depende da construção do partido marxista-leninista-trotskyista. A inexistência do Partido Mundial da Revolução Socialista comparece como

obstáculo para combater a influência da política burguesa sobre as massas oprimidas. Há uma enorme fragmentação das esquerdas que se reivindicam do marxismo e que rejeitam o estalinismo. Grande parte se arrasta por detrás do eleitoralismo, procurando atalhos para se vincular às massas. Trata-se de uma contingência advinda da dificuldade ainda imperante de pôr em pé o partido-programa.

Argentina

As eleições devem ser rechaçadas, sejam presidenciais, de governadores, deputados ou senadores

As eleições sempre são uma instituição da democracia burguesa - ditadura de uma minoria sobre a imensa maioria da população.

É de fundamental importância a realização periódica de eleições para a dominação das maiorias, para renovar constantemente a ficção de que as massas participam politicamente, que decidem sobre seus governantes, de que se exerce a soberania popular.

Nossa intervenção em todas as eleições serve para desnudar este caráter, para ajudar as massas a se desvencilhar das ilusões nas instituições de seus opressores. A tática pode variar segundo as circunstâncias, desde a participação com candidatos, o voto programático, até o boicote e sabotagem ativa das eleições.

O que determina nossa conduta sempre é em que situação se encontram as massas em seu processo de desilusão, em que medida estão recorrendo um caminho independente, de ruptura com as instituições. Não há uma fórmula idêntica para cada eleição, sempre depende da situação em que se encontra a luta de classes e a tática deve se ajustar nesse sentido.

Os eleitoralistas desprezam a situação das massas e se empenham em se apresentar em toda eleição que se convoca porque sua ilusão é ocupar cargos, jogar um papel na administração do Estado burguês. Mas essa tática é toda uma estratégia para eles e isso se nota nas características dos partidos ou movi-

mentos que organizam.

Quando nós dizemos tática o fazemos em referência à estratégia da classe operária e as massas exploradas, que não é outra que expulsar do poder a burguesia para poder independizar a Nação da opressão imperialista, resolver todas as tarefas democráticas que a burguesia não pôde nem poderá resolver e começar a resolver as próprias tarefas socialistas. Toda tática serve se corresponde com esse objetivo estratégico.

Em nosso país se está operando uma profunda transformação que se expressa no repúdio crescente aos governos, à Justiça, ao parlamento e a todos os políticos burgueses.

Foi a mobilização popular que colocou abaixo a de la Rúa-Cavallo, que obrigou Duhalde a encurtar 6 meses seu gobierno. É o repúdio à politiquería que se manifestou com o voto "bronca" do 14 de Outubro de 2001. Foi o movimento popular que cunhou uma das consignas mais importantes dos últimos tempos: **QUE SE VÃO TODOS!**

É o rechaço à politiquería o que não permite despejar a campanha eleitoral ainda que tenha começado há mais de 7 meses. Não há nenhuma manifestação de entusiasmo ou ilusão na população.

São os movimentos - piqueiteros - os que se estenderam e se massificaram e protagonizam constantemente mobilizações multitudinárias, bloqueando pontes, avenidas e estradas e arrancaram 2 milhões de planos do governo do

FMI. É o movimento dos horistas que mateve em xeque o governo durante um ano impedindo-o de aplicar sua "solução final" para a expropriação dos horistas, são quase 200 os estabelecimentos com milhares de trabalhadores que estão sendo geridos diretamente.

As últimas eleições provinciais demonstram a atitude da maioria da população de se abster, anular o voto ou não votar nos candidatos do regime. Há uma resistência a ser enganado novamente.

Esta atitude das massas é o que pôs em grave crise os artidos históricos da burguesia nacional, o PJ e a UCR, que não puderam selecionar candidatos e disciplinar suas fileiras. O PJ apresenta três candidatos em representação do partido e a UCR outros tantos ainda que não tenham a representação oficial. Superpopulação de candidatos e nenhum programa, nenhuma colocação séria frente aos problemas terríveis que vivem as massas.

A situação mudou radicalmente, a tática que era válida durante 18 anos já não o é mais, simplesmente porque as massas recorreram a uma experiência em suas cabeças e com seus próprios pés, que as leva ao choque contra as instituições, das quais já não esperam nada mais que ataques.

É um crime realimentar aquelas ilusões das quais as massas se estão despojando. Trata-se hoje de dar expressão consciente a esse movimento profundo da sociedade que choca cotidianamente

com o regime submetido totalmente aos ditames imperialistas.

Na Argentina não há democracia burguesa (nem pode haver), portanto é um objetivo reacionário colocar seu melhoramento ou aprofundamento.

A democracia burguesa foi um luxo a que puderam se dar os países desenvolvidos e, desde há algum tempo se extinguiu também neles. São as multinacionais mais poderosas as que controlam os governos desses países. A guerra do petróleo é uma demonstração do papel dessas "democracias".

Se o regime na Argentina já era uma farsa de democracia, com governos-justiça-parlamento atados às decisões do FMI e um punhado de bancos e grupos multinacionais, depois do 19/20 de Dezembro essa farsa está à vista da grande maioria da população.

Essas eleições dão as costas totalmente ao reclamo popular de que se vão todos, portanto não devem ser legitimadas pelas organizações que se reclamam da luta popular. Só corresponde dar as cos-

tas às eleições que são uma tentativa de saída de sua profunda crise política.

Não são ilegítimas pelo fato de que não se votem deputados, senadores e governadores simultaneamente com a eleição de presidente. Não são ilegítimas pelo fato de que se apresentem os mesmos candidatos de sempre, nem tampouco porque não se tenham abolido as "listas sábana" ou porque tenham fracassado as internas partidárias.

Ainda que tivessem feito tudo isso também seriam "ilegítimas" porque não é possível resolver a grave crise política argentina por meio das eleições. Porque as eleições são uma ficção de democracia e participação para as massas e devemos rechaçá-las.

Rechaçamos a idéia de candidatar esquerdistas ou lutadores, isso não muda o caráter das eleições, e sim pode criar confusão, ainda que seu discurso seja de denúncia. As eleições, presidenciais, provinciais etc. devem ser rechaçadas, todas jogam o mesmo papel: jogar areia nos

olhos das massas para fazer-lhes crer que pela via eleitoral se pode mudar algo.

Outra vez a esquerda democratizante e eleitoralista joga um papel de divisão e confusão na vanguarda, desta vez apresentando as eleições na contramão da tendência profunda das massas a desconhecê-las. Fazem um favor à burguesia que tenta desesperadamente dar crédito ao processo eleitoral e para que o próximo presidente tenha mais oxigênio frente às massas do que Duhalde.

Chamamos a impulsionar unitariamente uma campanha de rechaço às eleições, dizendo: PARA QUE SE VÃO TODOS TEMOS DE VARRÊ-LOS POR MEIO da AÇÃO DIRETA DAS MASSAS. Chamando a não votar, votar em branco ou anular o voto mediante um voto programa. Chamamos a manifestar publicamente o rechaço às eleições por parte de todas as organizações políticas e sociais.

(Extraído do Masas argentino de 03 de abril de 2003)

As eleições na Argentina

Onde foram parar as manifestações múltiplas de repúdio ao eleitoralismo e ao ordenamento jurídico-político burguês?

O voto foi dado ao peronismo apodrecido

A crise econômica aguda que esgota a Argentina empurrou as maiorias populares a descobrirem a corrupção extrema da classe dominante e dos governos de turno, incluídos os peronistas. Ninguém pode pôr em dúvida que as tendências abstencionistas cresciam diante do eleitoralismo tradicional.

Os organismos oficiais sublinham a concorrência massiva da cidadania às eleições, que se distinguiram pouco das anteriores. Muitos dirão que o eleitoralismo retornou. Colocado o problema de maneira tão simples será difícil compreender o desenvolvimento da política argentina.

É preciso se perguntar: onde estão as massas que repudiaram a classe dominante e seu governo de turno? Quando os desocupados, os famintos, ocuparam as ruas e assaltaram os armazéns, "pode-

ria se concluir (caindo no simplismo mecanicista) que a sociedade burguesa deixava de existir e que os explorados e oprimidos concluiriam tomando o poder político.

Já sabemos que as coisas aconteceram de outra maneira.

Os dados oficiais informam que dois caudilhos peronistas foram favorecidos com quase a mesma quantidade de votos, o que lhes habilita para disputar o segundo turno (neste momento Menem ainda não havia renunciado, nota do tradutor).

O voto foi dado aos peronistas, que na véspera foram repudiados pelas mesmas massas. Onde está o povo?

O impulso instintivo das massas não se traduziu em consciência

Ninguém poderá apagar o que fizeram as massas instintivamente contra o gover-

no, contra os ricos, contra a burguesia. Encaminharam-se a destruí-la, acabar com a grande propriedade privada, anunciaram o fim da ordem social capitalista. Isso se perdeu? Não. Está ali na espera de que os marxistas-leninistas-trotskistas recuperem a lição dos oprimidos e a convertam em política revolucionária, em teoria, em programa.

Os trotskistas, gérme do partido revolucionário e que editam o jornal "Masas", têm a obrigação de penetrar nas bases dos trabalhadores, apoderarem-se do que fizeram nas ruas, em suas greves, nos episódios da ação direta, descobrir sua essência e assinalar sua projeção futura, partindo das leis de desenvolvimento argentino. Em outras palavras, têm de expôr a consciência de classe, a política e o programa da revolução proletária argentina, que será um estalo da revolução internacional.

(extraído do Masas boliviano nº 1852, de 02/05/2003)